



# **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.**

**Companhia Aberta - Código CVM 13.765**

**CNPJ 90.076.886/0001-40 - NIRE 43300031161**

**Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535 - Bairro São Cristóvão - Lajeado (RS)**

**Código de negociação na BM&FBOVESPA: MNPR3**

---

## **Demonstrações Financeiras**

**2012**

---

**- RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2012 -**

**Mensagem aos Acionistas**

É com satisfação que estamos apresentando o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. e sua controlada Companhia Minuano de Alimentos, referentes ao exercício de 2012. As informações operacionais e financeiras estão consolidadas, e foram preparadas com base nos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), e estão apresentadas em R\$ mil (Reais Mil).

O faturamento da Companhia apresentou crescimento de 65%, quando comparado com o ano de 2011. Este crescimento está diretamente relacionado ao incremento de produção ocorrido ao longo do ano de 2012.

Em decorrência deste incremento, a composição da receita de sua controlada Companhia Minuano de Alimentos sofreu uma sensível mudança, aonde a produção e comercialização de produtos com marca própria representam 76 % de toda a receita, ficando a prestação de serviços a terceiros com 24% de participação. No ano de 2011, tais participações foram de 64% e 36% respectivamente.

No ano de 2012, ocorreu uma nova emissão de ações, onde foram emitidas 202.860.000 ações, que culminaram no aumento de capital social para R\$ 120.108 mil. Grande parte destes recursos foi utilizada para adequação de passivos, liquidação de dívidas, além de atender as demandas relacionadas à expansão dos negócios. Cabe salientar que, desde 2010, houve sucessivos aumentos de capital, pois o capital social se elevou de R\$ 9.694 mil registrados no início de 2010, para R\$ 120.108 mil registrados ao final de 2012, significando um aumento de 12 vezes, quando comparado com 2010, indicando o comprometimento dos sócios em buscar o equilíbrio patrimonial da Companhia.

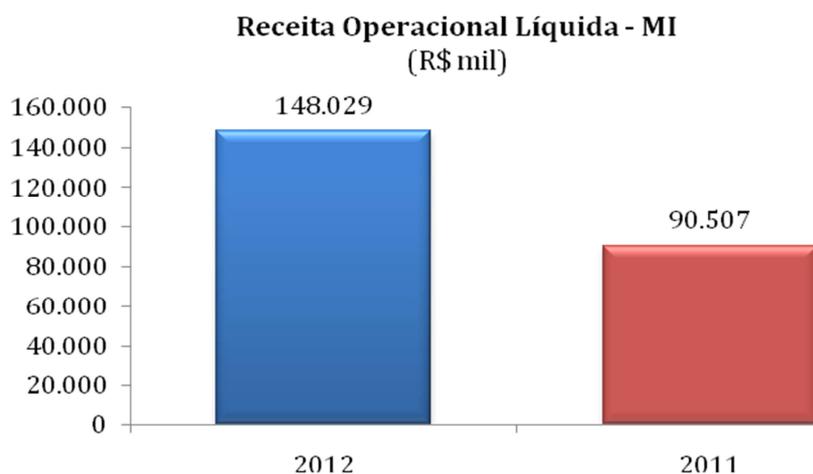
**Receita Operacional Líquida**

A Receita Operacional Líquida (ROL) totalizou ao final do ano de 2012 R\$ 300.631 mil (R\$181.852 mil, em 2011) correspondendo a um crescimento de 65,31%, quando comparado com 2011.

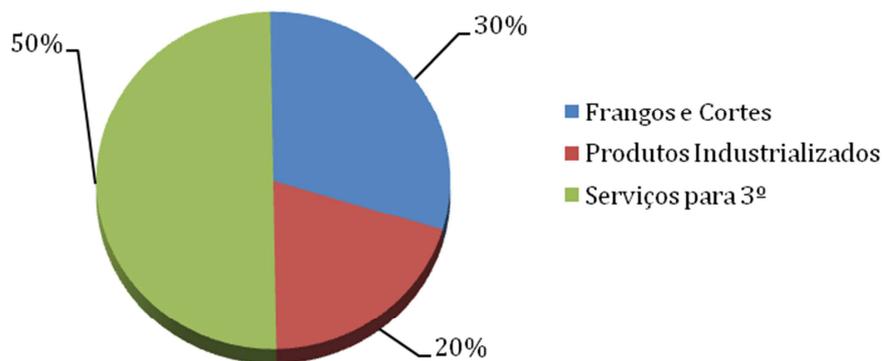


***Mercado Interno***

As vendas no mercado interno totalizaram em 2012 R\$ 148.029 mil (R\$ 90.507 mil, em 2011), correspondente a um crescimento de 63,55%, quando comparado com 2011 e ocorreram de forma centralizada nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e vendas spot para os estados do Amazonas e São Paulo.



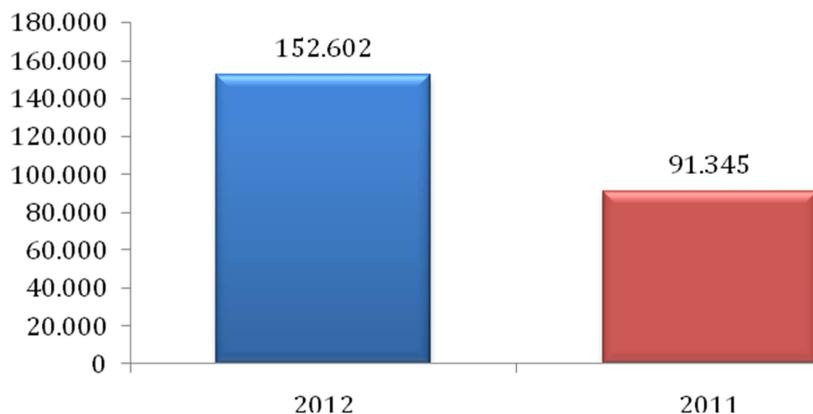
### Participação na Receita Segmento - Mercado Interno



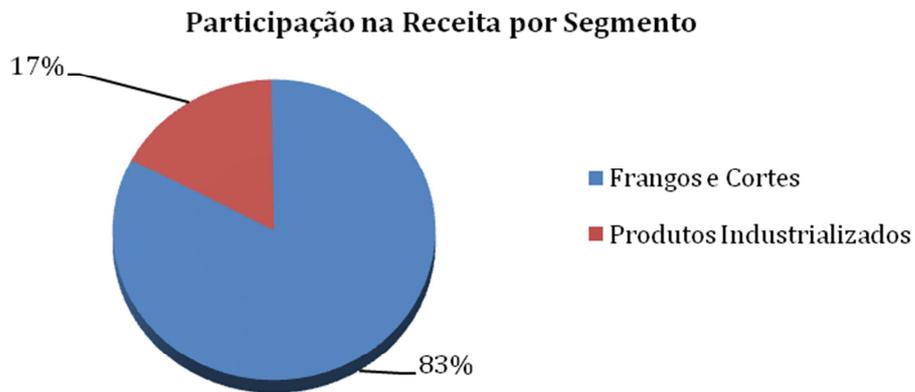
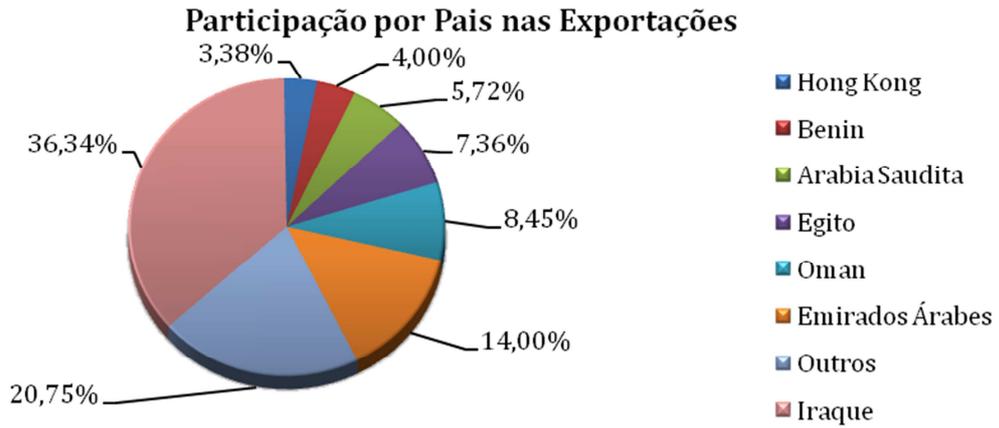
### *Mercado Externo*

As vendas para o mercado externo totalizaram em 2012 R\$ 152.602 mil (R\$ 91.345 mil em 2011) representando um crescimento de 67,06%, quando comparado com 2011.

### Receita Operacional Líquida - ME (R\$ mil)

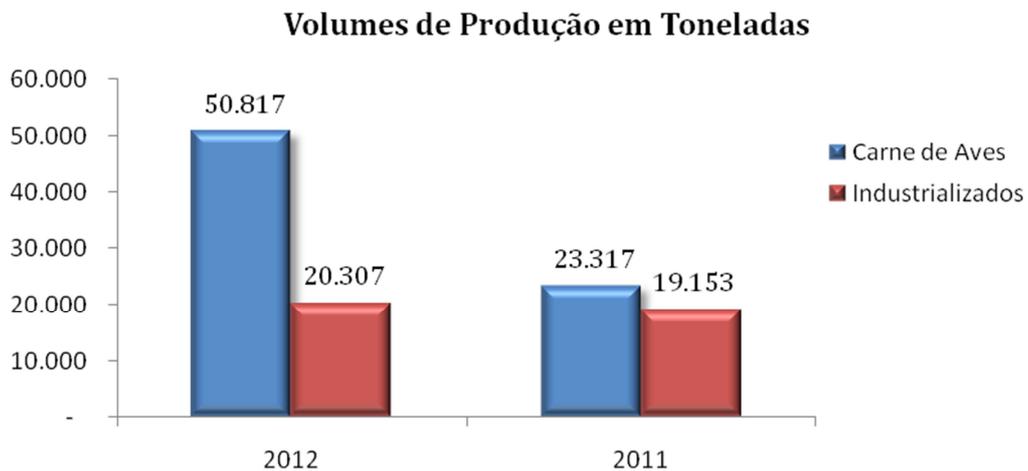


O incremento de produção ocorrido em 2012 gerou uma maior pulverização das vendas destinadas ao exterior, com a abertura de novos mercados até então não atingidos pela Minuano:



**Produção**

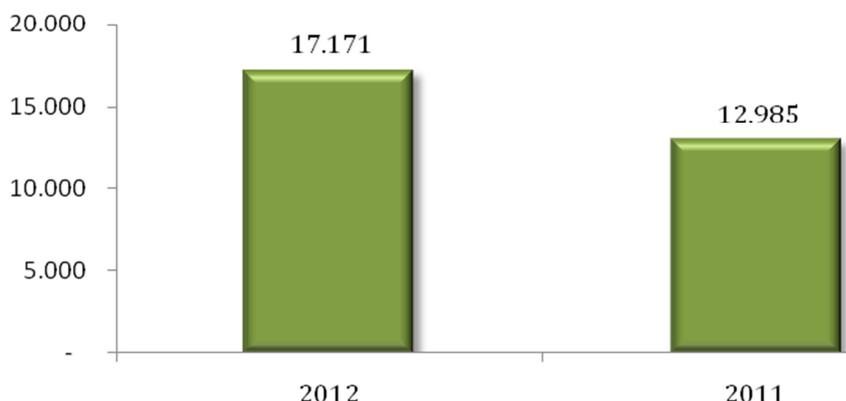
Em 2012 o volume total de produção foi de 71.124T, sendo 50.817T de carne de frango in natura (23.317T, em 2011) e 20.307T de industrializados (19.153T, em 2011) representando um aumento de 118%, quando comparado com 2011.



**Lucro Bruto**

O Lucro Bruto auferido no final de 2012 fora de R\$ 17.171 mil, equivalente a 6% da Receita Operacional Líquida (ROL). No ano de 2011, este resultado foi de R\$ 12.985 mil, equivalente a 7% da ROL. O principal efeito neste resultado foi decorrente dos incrementos ocorridos ao longo do ano de 2012 dos principais insumos utilizados na produção de frangos – milho e soja, o que não permitiu que houvesse uma participação maior do mesmo em relação à Receita Líquida, pois, os ganhos de escala decorrentes do incremento dos volumes de produção foram absorvidos integralmente pelos incrementos nominais nos preços destes insumos, tendo chegado, no caso do farelo de soja, a mais de 100% (cem por cento), o que comprometeu os ganhos projetados em decorrência da escala de produção superior.

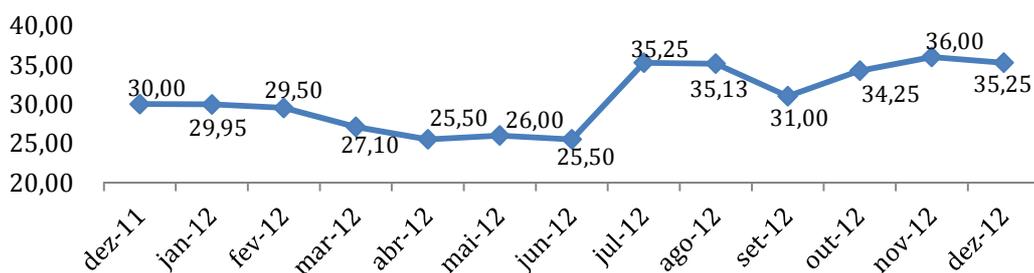
**Lucro Bruto em R\$ Mil**



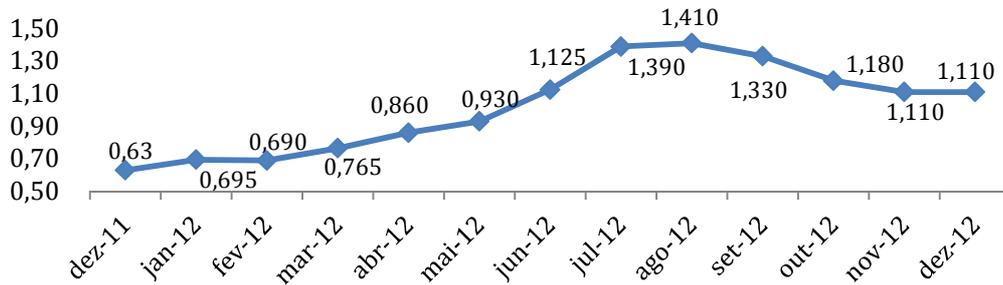
**EBITDA, Despesas Administrativas e de Vendas - Ajustado**

O EBITDA Ajustado da Companhia (que não contempla as outras despesas e receitas operacionais) foi negativo em R\$ 23.648 mil (negativo em R\$ 9.095 mil em 2011). As despesas administrativas e de vendas se mantiveram estáveis em relação à Receita Operacional Líquida, na ordem de 16%, nos mesmos períodos de 2012 e 2011. O principal efeito no EBITDA foi decorrente dos incrementos ocorridos ao longo do ano de 2012 dos principais insumos utilizados na produção de frangos – milho e soja.

**Milho  
(R\$ saca 60 kg)**



**Farelo de Soja  
(R\$/Ton)**



**Resultado Líquido do Exercício – Efeitos das Outras Receitas e Despesas Operacionais**

O prejuízo apurado pela Companhia, da ordem de R\$ 231.310 mil, está fortemente impactado pela necessidade de provisionamento, por parte da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos do valor do débito parcelado junto a Receita Federal do Brasil (RFB) através do programa de parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009. Conforme comentado em Nota Explicativa (Nota Explicativa nº 21 “b”), a interpretação dada pela RFB quanto à composição do saldo devido pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos é divergente daquele entendido pela administração da empresa como sendo o adequado. Esta divergência, cujo impacto direto se deu no montante das prestações pagas pela Companhia Minuano de Alimentos, acarretou na sua exclusão da controlada Companhia Minuano de Alimentos, por parte da RFB, uma vez que o referido programa de parcelamento não permite que haja pagamento de parcela em valor diferente daquele apresentado pela RFB, quando da consolidação do débito. Conseqüentemente o débito é considerado, pela RFB vencido em sua totalidade, desconsiderando todos os benefícios de reduções de juros, multas e utilizações de prejuízos fiscais.

Independente de todas as ações que estão sendo tomadas pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, bem como do crédito fiscal que possui vinculação a este passivo, cujo detalhamento está na Nota Explicativa nº 21 “b”, os efeitos da referida exclusão foram reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, cujo impacto no resultado do ano de 2012 foi da ordem de R\$ 178.720 mil, valor este que está apresentado na Nota Explicativa nº 26. Deve-se ressaltar que estes débitos, ora reconhecidos, possuem compensações fiscais cujos créditos estão sendo julgados no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF (vide Nota Explicativa nº 20 e 21 “b”), no caso de haver êxito neste julgamento, poderá a empresa ter extinto os débitos que estão atualmente em cobrança, podendo inclusive haver saldo líquido a ser restituído pela RFB à controlada Companhia Minuano de Alimentos, o que impactará positivamente os resultados da Companhia. Além deste valor, foi também reconhecido o valor de R\$ 9.436 mil vinculados a perdas de vendas realizadas destinadas para o mercado externo que não foram aceitas pelos clientes finais.

### **Fato Relevante**

Em 09 de agosto de 2012, a Companhia informou através de fato relevante ao mercado que rescindiu o Memorando de entendimentos firmado junto a AGOSTINHO CARRER PARTICIPAÇÕES LTDA e sua controlada FRIGORÍFICO NOVA ARAÇÁ LTDA, visando o estabelecimento de condições iniciais para uma possível integração operacional e societária das empresas. Desta forma, os volumes de produção incrementados durante o ano de 2012 não permanecerão para o ano de 2013, estando a Companhia e sua controlada indireta retomando os volumes de vendas e de produção atingidos no ano de 2011.

### **Perspectivas**

Considerando os fatos acima, a Companhia está prevendo para o ano de 2013 a recomposição de sua situação patrimonial. Os primeiros passos para isto foram dados já no final do ano de 2012, com a subscrição de capital realizada pelos acionistas. Além disso, a administração dos passivos tributários, aliada a uma maximização dos resultados das operações próprias, deverão trazer uma condição de equilíbrio econômico financeiro ainda no ano de 2013 uma vez que a principal meta da Administração é o fortalecimento da estrutura patrimonial e de capitais da Companhia cujas ações ocorrerão tanto no aspecto operacional como administrativo.

### **Recursos Humanos**

O quadro de funcionários passou de 2.605 em dezembro de 2011 para 2.900 em dezembro de 2012, resultante do incremento das operações próprias da controlada Companhia Minuano de Alimentos.

### **Mercado de Capitais**

Em novembro de 2012, o Conselho de Administração, homologou novo aumento do Capital Social, deliberado pela RCA realizada em 27 de agosto de 2012 de R\$ 83.593 mil para R\$ 120.108 mil, mediante a emissão particular de 202.860.000 ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,18 (dezoito centavos de Real) por ação. No transcorrer do ano de 2012, as ações da Companhia estiveram presentes nos 249 pregões realizados pela Bovespa, registrando um volume de negociações de 417,3MM de ações, totalizando R\$ 135,7MM

### **Relacionamento com os Auditores Externos**

No decorrer do ano de 2012, os nossos Auditores Independentes não tiveram nenhum outro contrato de serviços com esta Companhia e suas Controladas.

**Declaração da Administração**

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM 480/2009, os administradores declaram que revisaram e analisaram as Demonstrações Financeiras e que concordam com as mesmas, bem como com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes.

**Agradecimentos**

Manifestamos nossos agradecimentos pelo apoio e confiança recebidos de nossos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e a dedicação de nosso quadro de colaboradores.

Lajeado (RS), 15 de março de 2013.

A Administração.

**MINUPAR PARTICIPAÇÕES S. A. "Companhia"**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO**  
**(em milhares de reais)**  
**ATIVO**

	<u>NOTAS</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>14.756</b>	<b>8.517</b>	<b>85.716</b>	<b>65.126</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.5 - 5	2	1	345	553
Clientes	3.6 - 6	-	-	36.733	21.347
Estoques	3.7 - 7	-	-	14.881	18.734
Impostos a Recuperar	3.8 - 8	-	-	11.345	13.829
Adiantamentos a Fornecedores		-	-	3.039	1.874
Partes Relacionadas	18.b	14.754	8.516	14.754	8.516
Outras Contas a Receber		-	-	4.619	273
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>11.305</b>	<b>18.390</b>	<b>194.316</b>	<b>209.788</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>11.305</b>	<b>10.524</b>	<b>64.321</b>	<b>76.860</b>
Partes Relacionadas	18.b	11.298	10.518	11.317	40.558
Impostos a Recuperar	3.8 - 3.18 -	-	-	50.242	34.379
Depósitos Judiciais		7	6	1.701	1.205
Depósitos Judiciais		-	-	-	-
Outras Contas a Receber		-	-	1.061	718
<b>Investimentos</b>	3.10 - 9	-	<b>7.866</b>	-	-
<b>Ativos Biológicos</b>	3.11 - 10	-	-	-	<b>197</b>
<b>Imobilizado</b>	3.12 - 11	-	-	<b>129.814</b>	<b>132.536</b>
<b>Intangível</b>	3.13 - 11	-	-	<b>181</b>	<b>195</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>26.061</b>	<b>26.907</b>	<b>280.032</b>	<b>274.914</b>

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S. A. "Companhia"  
BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO  
(em milhares de reais)

P A S S I V O

	NOTAS	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
<b>CIRCULANTE</b>		<b>1.145</b>	<b>901</b>	<b>361.569</b>	<b>108.727</b>
Fornecedores	13	279	-	32.881	26.907
Fornecedores de Ativo Fixo	14	-	-	1.968	6.331
Empréstimos e Financiamentos	3.15 - 12	-	-	15.275	26.717
Impostos, Taxas e Contribuições	16	764	732	274.592	27.300
Salários a Pagar e Provisões	15	102	169	8.494	7.705
Adiantamentos de Clientes				6.343	4.451
Impostos Diferidos	17	-	-	454	454
Saques negociados				-	2.102
Faturamento antecipado				4.106	2.507
Títulos descontados				1.261	690
Cheques a compensar				3.331	-
Outras Contas a Pagar				12.864	3.563
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>208.071</b>	<b>9.313</b>	<b>101.801</b>	<b>149.481</b>
Instituições Financeiras	3.15 - 12	-	-	9.701	6.280
Impostos, Taxas e Contribuições	16	619	311	17.198	74.633
Obrigações a Pagar por Contratos		-	-	-	4.836
Provisão para Perdas Investimentos		189.068	-	-	-
Provisão para Contingências	3.16 - 19	-	-	8.226	5.185
Partes Relacionadas	18b	18.384	9.002	42.833	39.743
Impostos Diferidos	17	-	-	20.469	15.579
Outras Contas a Pagar		-	-	3.374	3.225
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL</b>		<b>(183.155)</b>	<b>16.693</b>	<b>(183.338)</b>	<b>16.706</b>
<b>Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores</b>		<b>(183.155)</b>	<b>16.693</b>	<b>(183.155)</b>	<b>16.693</b>
Capital Social	22a	120.108	83.593	120.108	83.593
Reserva de Reavaliação		3.666	3.666	3.666	3.666
Ajuste de Avaliação Patrimonial	22b	40.763	46.768	40.763	46.768
Prejuízos Acumulados		(345.785)	(115.485)	(345.785)	(115.485)
Outros Resultados Abrangentes		(1.907)	(1.849)	(1.907)	(1.849)
<b>Participação de Acionistas Não Controladores</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(183)</b>	<b>13</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>26.061</b>	<b>26.907</b>	<b>280.032</b>	<b>274.914</b>

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S. A. "Companhia"  
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO  
(em milhares de reais)

	NOTAS	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS</b>	3.19 - 28	-	-	<b>300.631</b>	<b>181.852</b>
Custo dos Produtos Vendidos	25 - 28	-	-	(283.460)	(168.867)
<b>LUCRO BRUTO</b>		-	-	<b>17.171</b>	<b>12.985</b>
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>(231.256)</b>	<b>(12.452)</b>	<b>(243.234)</b>	<b>(19.735)</b>
De Administração	25 - 28	(3.476)	(2.537)	(12.877)	(11.785)
De Vendas	25 - 28	-	-	(34.237)	(15.493)
Outras Receitas Operacionais	26 - 28	2	-	3.869	15.246
Outras Despesas Operacionais	26 - 28	(28)	(56)	(199.989)	(7.703)
Resultado da Equivalência Patrimonial	9	(227.754)	(9.859)	-	-
<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>		<b>(231.256)</b>	<b>(12.452)</b>	<b>(226.063)</b>	<b>(6.750)</b>
Despesas Financeiras	27 - 28	(515)	(89)	(33.993)	(16.086)
Receitas Financeiras	27 - 28	780	7	13.754	7.302
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>		<b>(230.991)</b>	<b>(12.534)</b>	<b>(246.302)</b>	<b>(15.534)</b>
Imposto de Renda e Contrib.Social Diferido	30 - 28	-	-	15.092	2.984
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(230.991)</b>	<b>(12.534)</b>	<b>(231.210)</b>	<b>(12.550)</b>
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À</b>					
Participação dos Acionistas Não Controladores	28 - 30	-	-	(219)	(16)
Participação dos Acionistas Controladores	28 - 30	-	-	(230.991)	(12.534)
<b>TOTAL DAS PARTICIPAÇÕES NO PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>				<b>(231.210)</b>	<b>(12.550)</b>
Prejuízo por ação (Básico e Diluído) - R\$	29	<b>(0,3253)</b>	<b>(0,0247)</b>	-	-

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A. "Companhia"  
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO  
DOS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO  
(em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Prejuízo Líquido Do Exercício</b>	<b>(230.991)</b>	<b>(12.534)</b>	<b>(230.991)</b>	<b>(12.550)</b>
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>				
Depreciação e amortização	-	-	6.295	5.198
Provisão (Reversão) de Provisão para Contingências	-	-	-	2.257
Provisão (Reversão) para Riscos de Créditos	-	-	1.073	405
Equivalência patrimonial	227.754	9.859	-	-
Encargos Financeiros s/Empréstimos	-	-	3.257	5.774
Provisão (Reversão) de Impostos diferidos	-	-	4.890	(454)
Provisão (Reversão) de Débitos decorrentes de parcelamentos	-	-	178.720	-
Custo Baixa Bens Ativo Imobilizado e Intangível	-	-	197	164
Atualização de Passivos Previdenciários Parcelados	-	-	4.312	-
Participações de minoritários	-	-	(219)	16
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Varição Clientes	-	-	(16.459)	(14.650)
Varição Estoques	-	-	3.852	(11.516)
Varição Adiantamentos a Fornecedores	-	-	(1.166)	(1.157)
Varição Impostos a Recuperar	339	-	(13.379)	3.161
Varição Outras Contas a Receber	-	-	(4.688)	(160)
Varição Depósitos Judiciais	(1)	(6)	(496)	(234)
Varição Fornecedores	278	-	5.973	11.855
Varição Fornecedores de Ativo Fixo	-	-	(4.363)	(5.014)
Varição Faturamento Antecipado	-	-	1.598	1.250
Varição Impostos, Taxas e Contribuições	-	35	1.481	(8.459)
Varição Salários a Pagar e Provisões	(67)	80	788	272
Varição Adiantamentos de Clientes	-	-	1.891	2.301
Varição Obrigações a Pagar por Contratos	-	-	(4.836)	(42)
Varição Provisão para Contingências	-	-	3.041	(194)
Varição Outras Contas a Pagar	-	-	9.450	1.900
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(2.688)</b>	<b>(2.566)</b>	<b>(49.779)</b>	<b>(19.877)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de ativo investimento	(36.190)	(30.371)	-	-
Aquisição de ativo biológico	-	-	-	(985)
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(3.559)	(7.411)
Aquisição de ativo intangível	-	-	-	(2)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos</b>	<b>(36.190)</b>	<b>(30.371)</b>	<b>(3.559)</b>	<b>(8.398)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Varição Instituições Financeiras	-	-	(11.278)	(4.011)
Integralização de capital	36.515	34.462	36.515	34.501
Varição Partes Relacionadas	2.364	(1.537)	26.093	(4.076)
Varição Títulos descontados	-	-	571	(233)
Varição em Cheques a Compensar	-	-	3.331	-
Varição Saques negociados Partes Relacionadas	-	-	(2.102)	1.788
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>38.879</b>	<b>32.925</b>	<b>53.130</b>	<b>27.969</b>
<b>Varição de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>1</b>	<b>(12)</b>	<b>(208)</b>	<b>(306)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1	13	553	859
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2	1	345	553

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

**MINUPAR PARTICIPAÇÕES S. A. "Companhia"**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(em milhares de reais)

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>RESERVA REAVALIAÇÃO</b>	<b>AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL REFLEXA</b>	<b>PREJUÍZOS ACUMULADOS</b>	<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES</b>	<b>PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	<b>49.107</b>	<b>3.871</b>	<b>47.622</b>	<b>(104.050)</b>	<b>(1.785)</b>	<b>(5.235)</b>	<b>(27)</b>	<b>(5.262)</b>
Aumento de Capital								
Por Subscrição	34.486	-	-	-	-	34.486	-	34.486
Variação de participação sobre operações reflexas	-	-	-	56	(64)	(8)	-	(8)
Ajuste de Reserva de Reavaliação Reflexa	-	(205)	-	205	-	-	-	-
Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(854)	854	-	-	-	-
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(12.550)	-	(12.550)	40	(12.510)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>83.593</b>	<b>3.666</b>	<b>46.768</b>	<b>(115.485)</b>	<b>(1.849)</b>	<b>16.693</b>	<b>13</b>	<b>16.706</b>
Aumento de Capital								
Por Subscrição	36.515	-	-	-	-	36.515	-	36.515
Variação de participação sobre operações reflexas	-	-	-	-	(58)	(58)	-	(58)
Ajuste de Reserva de Reavaliação Reflexa	-	-	(691)	691	-	-	-	-
Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(5.314)	-	-	(5.314)	-	(5.314)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(230.991)	-	(230.991)	(196)	(231.187)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>120.108</b>	<b>3.666</b>	<b>40.763</b>	<b>(345.785)</b>	<b>(1.907)</b>	<b>(183.155)</b>	<b>(183)</b>	<b>(183.338)</b>

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

**MINUPAR PARTICIPAÇÕES S. A. "Companhia"**  
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO E SUA DISTRIBUIÇÃO NOS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE**  
**(em milhares de reais)**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>RECEITAS</b>	-	-	<b>320.128</b>	<b>203.579</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	317.332	195.440
Outras receitas	-	-	3.869	8.544
Provisão / Reversão para créditos liquidação duvidosa	-	-	(1.073)	(405)
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(1.989)</b>	<b>(1.687)</b>	<b>(275.184)</b>	<b>(126.079)</b>
Custo de produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(166.532)	(76.983)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.989)	(1.687)	(108.652)	(49.096)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>(1.989)</b>	<b>(1.687)</b>	<b>44.944</b>	<b>77.500</b>
<b>DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	-	-	<b>(6.295)</b>	<b>(5.198)</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO</b>	<b>(1.989)</b>	<b>(1.687)</b>	<b>38.649</b>	<b>72.302</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>(226.974)</b>	<b>(9.852)</b>	<b>13.754</b>	<b>7.302</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(227.754)	(9.859)	-	-
Receitas Financeiras	780	7	13.754	7.302
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>(228.963)</b>	<b>(11.539)</b>	<b>52.403</b>	<b>79.604</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>(228.963)</b>	<b>(11.539)</b>	<b>52.403</b>	<b>79.604</b>
<b>Remuneração do Trabalho</b>	<b>1.487</b>	<b>711</b>	<b>66.404</b>	<b>52.812</b>
Remuneração direta	1.483	694	49.865	40.504
Benefícios	4	-	12.051	7.513
FGTS	-	17	4.488	4.795
<b>Remuneração do Governo</b>	-	<b>157</b>	<b>183.190</b>	<b>23.068</b>
Federais	-	157	176.579	18.465
Estaduais	-	-	6.611	4.603
Municipais	-	-	-	-
<b>Remuneração Capitais de Terceiros</b>	<b>541</b>	<b>127</b>	<b>34.019</b>	<b>16.274</b>
Juros	515	121	33.993	16.212
Crédito Prêmio IPI	-	-	-	-
Outros	26	6	26	62
Outros	-	-	-	-
<b>Remuneração de capitais próprias</b>	<b>(230.991)</b>	<b>(12.534)</b>	<b>(231.210)</b>	<b>(12.550)</b>
Prejuízo do exercício	(230.991)	(12.534)	(230.991)	(12.534)
Participações de minoritários	-	-	(219)	(16)

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos**

**Diretores e Acionistas da**

**MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. “Companhia”**

**Lajeado - RS**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. “Companhia”**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

#### **Opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. “Companhia”** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **Opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. “Companhia”** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil

#### **Ênfase**

Conforme descrito na nota explicativa 3.1.2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. “Companhia”**, essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

A controlada Companhia Minuano de Alimentos possui registrado no Ativo o montante de R\$ 59.006 mil, referente a crédito tributário decorrente de trânsito em julgado de ação judicial do IPI (crédito prêmio exportação), sobre o qual decorrem os seguintes fatos: a) apesar do direito ao crédito já ter sido reconhecido formalmente pelo fisco, em 04/09/2009 a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Santa Cruz do Sul/RS, emitiu o PARECER/DRF/SCS/RS/Saort nº126/2009 revogando o Pedido de Habilitação do Crédito. Contudo, os assessores jurídicos entendem que a sentença transitada em julgado e as correspondentes legislações vigentes asseguram o direito líquido e certo da Companhia de usufruir o benefício fiscal (nota 20); b) A Controlada utilizou

parcela do referido crédito tributário no pagamento integral, mediante compensação, de débitos tributários de R\$ 46.445 mil. Assim sendo, a Administração, seguindo orientação de seus consultores jurídicos, impetrou ação judicial e administrativa visando garantir o direito a compensação dos referidos tributos; c) Em 19/05/2011 a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Santa Cruz do Sul/RS, emitiu o Despacho Decisório DRF/SCS nº 168, de 19 de maio de 2011, através do qual revogou o Despacho decisório DRF/SCS/Saort nº 272, de 04/09/2009 e o Parecer/DRF/SCS/RS/Saort nº 126, de 04/09/2009 e determinou a adoção de providencias para apuração do respectivo benefício fiscal, o que levou a controlada a requerer o restabelecimento da habilitação do crédito tributário constante no respectivo processo administrativo.

Como conseqüência do assunto acima mencionado, as demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto da manutenção do direito obtido judicialmente, e não contemplam quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos ou passivos que possam ser requeridos em decorrência do citado Despacho Decisório DRF/SCS nº 168/2011 e da solicitação de restabelecimento da habilitação do crédito tributário. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Em 2009, a Companhia e suas controladas optaram em incluir parte do passivo tributário no parcelamento previsto na Medida Provisória 470/2009, convertida na Lei nº 12.249/10, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos na nova modalidade de parcelamento encontra-se pendente de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva do referido débito fiscal. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Em 30 de novembro de 2007 a controlada Frigumz Alimentos S.A. (concordatária) incorporou Cia. Minuano de Alimentos, passando a adotar a razão social desta. Em 15 de janeiro de 2013 foram juntados ao processo os documentos para comprovação da regularidade fiscal da Cia. Minuano de Alimento. Entretanto, ainda encontra-se pendente o deferimento judicial de declaração de cumprimento da concordata preventiva. Assim sendo, as informações contábeis individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não incluem quaisquer ajustes decorrentes deste assunto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31/12/2012 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, geração de caixa e no sucesso do programa de saneamento implementado pelas empresas, bem como, na manutenção do parcelamento previsto na Medida Provisória 470/2009, convertida na Lei nº 12.249/10. As

demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

## **Outros assuntos**

### **Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### **Demonstrações contábeis individuais**

A Companhia Minuano de Alimentos elaborou um conjunto completo de demonstrações contábeis individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, contendo as mesmas ênfases relativas a controlada, com data de 25 de março de 2013.

Porto Alegre (RS), 25 de março de 2013.

### **DRS Auditores**

**CRC-RS nº 4.230**

**Roberto José Fidryszewski**

**CRC/RS 36.593**

**Sócio Responsável**

**MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011**  
**(em milhares de reais)**

**NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos (Minuano) tem como as suas principais atividades: integração avícola; abate de aves e processamento de carne de frango; produção de produtos industrializados a base de carnes e produção de rações também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves. A comercialização dos produtos ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados no Oriente Médio, Europa, Ásia, África e América do Sul e Central.

**NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do exercício de 31 de dezembro de 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O Conselho de Administração autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis findas em 31 de dezembro de 2012, em 18 de março de 2013.

**NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**3.1 Declaração de Conformidade**

**3.1.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas**

As Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

### **3.1.2 Demonstrações Contábeis Individuais**

As Demonstrações Contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade, exceto com relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, e conforme as IFRS seria custo ou valor justo. As Demonstrações Contábeis da Controladora estão sendo publicadas em conjunto com as Demonstrações Contábeis consolidadas.

## **3.2 Consolidação**

As Demonstrações Contábeis consolidadas compreendem as Demonstrações Contábeis da Minupar Participações S/A., e suas controladas diretas Sulaves S/A, e Valepar S/A, e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais foram eliminados no processo de consolidação.

### **3.2.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas**

A Companhia efetua a consolidação de suas Demonstrações Contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não há diferença entre o Patrimônio Líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas Demonstrações Contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, o Patrimônio Líquido e o resultado da Controladora, constantes nas Demonstrações Contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

### **3.2.2 Demonstrações Contábeis Individuais**

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu Patrimônio Líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no Patrimônio Líquido.

## **3.3 Estimativas Contábeis**

A elaboração de Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As Demonstrações Contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

### **3.4 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis**

A Administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

### **3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa**

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

### **3.6 Clientes**

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. Em 31 de dezembro de 2012, os saldos das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

### **3.7 Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

### **3.8 Impostos a Recuperar**

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

### **3.9 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes**

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

### **3.10 Investimentos**

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

### **3.11 Ativos Biológicos**

De acordo com a Deliberação CVM nº596/2009, os ativos biológicos são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não possa ser mensurado de forma confiável.

### **3.12 Imobilizado**

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/2009, a Companhia e suas controladas, estabeleceram adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia e as suas controladas realizam periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

### **3.13 Intangível**

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/2010.

### **3.14 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis**

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### **3.15 Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

### **3.16 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes**

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de ativos e passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as Demonstrações Contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

### **3.17 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos**

Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das Demonstrações Contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com Deliberação CVM nº 564/2008.

### 3.18 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das Demonstrações Contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

### 3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas e de Serviços - Consolidado

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

Reconciliação da Receita Bruta para com a Receita Líquida consolidada:

	31/12/2012			31/12/2011		
	Mercado Interno	Exportação	Total	Mercado Interno	Exportação	Total
<b>Receita bruta de produtos e serviços</b>	<b>177.570</b>	<b>155.177</b>	<b>332.747</b>	<b>104.090</b>	<b>91.350</b>	<b>195.440</b>
(-) Impostos	(16.701)	-	(16.701)	(13.288)	-	(13.288)
(-) Devoluções	(12.840)	(2.575)	(15.415)	(295)	(5)	(300)
<b>Receita líquida de produtos e serviços</b>	<b>148.029</b>	<b>152.602</b>	<b>300.631</b>	<b>90.507</b>	<b>91.345</b>	<b>181.852</b>

### 3.20 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

### 3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das Demonstrações Contábeis pela Administração são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, "Impairment" e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

### 3.22 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/2008 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às Companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para as IFRS's representam informação contábil adicional.

#### **NOTA 04. NOVOS PRONUNCIAMENTOS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES DAS IFRS**

As seguintes normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A seguir apresentam-se as que serão efetivas a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2013:

· **IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis** – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes (revisado em 2011) – A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à divulgação de itens de outros resultados abrangentes e cria a necessidade de separar os itens que não serão reclassificados futuramente para o resultado e itens que podem ser reclassificados futuramente para o resultado. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas Demonstrações Contábeis.

· **IAS 19 Benefícios aos Empregados (revisado em 2011)** – A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à contabilização e divulgação de benefícios a empregados. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas Demonstrações Contábeis, visto que a Companhia não possui benefícios pós-emprego.

· **IAS 27 Demonstrações Contábeis Separadas (revisado em 2011)** - Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto e associadas em Demonstrações Contábeis em separado. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas Demonstrações Contábeis, visto que não divulga Demonstrações Contábeis separadas.

· **IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011)** - Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passam a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método de equivalência patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. A Administração não espera impactos às Demonstrações Contábeis tomadas em seu conjunto, uma vez que não possui investimento compartilhado.

· **IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações** - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Esta norma alterou as divulgações exigidas para incluir informações de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas Demonstrações Contábeis.

· **IFRS 10, 11 e 12 Orientações durante a Transição** – A alteração desta norma traz exceções adicionais durante a transição aos IFRS 10, 11 e 12, limitando a exigência de informações comparativas apenas para período comparativo precedente. No caso de entidades estruturadas não consolidadas, elimina a obrigação de apresentar informações comparativas de períodos anteriores à adoção inicial do IFRS 12.

· **IFRS 10 Demonstrações Contábeis Consolidadas** - Introduz uma nova definição de controle, que é usada para determinar quais as entidades que são consolidadas e descreve os procedimentos de consolidação. Esta norma não altera a forma de consolidação, mas introduz uma nova definição de controle e, conseqüentemente, quais investimentos devem ser consolidados dependendo de novos critérios de avaliação (por exemplo: controle sobre a atividade relevante). Com base nas avaliações preliminares a Administração não espera impactos relevantes.

· **IFRS 11 Investimentos compartilhados (“joint arrangements”)** - Descreve a contabilização de investimentos com controle comum; a consolidação proporcional não é permitida para empreendimentos compartilhados (“joint ventures”). Atualmente as IFRS permitem a consolidação proporcional - linha a linha - de “joint ventures” ou seu registro pelo método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional não será mais permitida com a adoção do IFRS 11. A Administração não espera impactos às Demonstrações Contábeis tomadas em seu conjunto, uma vez que não possui investimento compartilhado.

· **IFRS 12 Divulgações de investimentos em outras entidades** - Introduz novos requisitos de divulgação relativos a investimentos em subsidiárias, joint-ventures, associadas e “entidades estruturadas”. Esta norma não impactará o registro ou mensuração dos investimentos, mas a Companhia espera que algumas divulgações adicionais possam ser necessárias a fim de satisfazer plenamente os requerimentos de divulgação desta norma.

· **IFRS 13 Mensuração do valor justo** - Fornece novas orientações sobre como mensurar o valor justo. Esse normativo não altera os atuais requerimentos de mensuração a valor justo presentes nas IFRS, mas introduzem novos requerimentos de divulgação, orientações na forma de mensurar os ativos e passivos a valor justo quando permitidos ou requeridos pelas atuais IFRS. A Administração irá avaliar o impacto desta nova IFRS em suas políticas e procedimentos de mensuração e divulgação de valor justo.

· **IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Divulgações** - Compensações de Ativos e Passivos - Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas Demonstrações Contábeis.

· **IFRS 9 Instrumentos Financeiros** - A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas Demonstrações Contábeis.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

**NOTA 05- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

**a) Controladora**

	31/12/2012	31/12/2011
Caixa	-	-
Bancos - conta corrente	2	1
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>1</b>

**b) Consolidado**

	31/12/2012	31/12/2011
Caixa	5	6
Bancos - conta corrente	340	547
<b>Total</b>	<b>345</b>	<b>553</b>

**NOTA 06 - CLIENTES - CONSOLIDADO**

	31/12/2012	31/12/2011
Mercado interno	12.884	10.178
Mercado externo	25.696	11.943
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.847)	(774)
<b>Subtotal</b>	<b>36.733</b>	<b>21.347</b>
(-) Saques negociados	-	(2.102)
(-) Faturamentos antecipados	(4.106)	(2.507)
(-) Adiantamentos de clientes	(6.343)	(4.451)
(-) Títulos descontados	(1.261)	(690)
<b>Clientes a receber, líquido.</b>	<b>25.023</b>	<b>11.597</b>

A Companhia e suas controladas têm como procedimento analisar seus títulos vencidos mensalmente, adotando critérios de provisionamento compatíveis com as práticas contábeis e em consonância com as regras fiscais. Os saldos de Saques Negociados, Faturamento Antecipado e títulos descontados foram reclassificados para o Passivo Circulante em atendimento às normas internacionais de contabilidade.

**NOTA 07- ESTOQUES - CONSOLIDADO**

	31/12/2012	31/12/2011
Produtos prontos	3.470	4.426
Produtos em elaboração	3.345	7.208
Matérias Primas	798	2.289
Materiais de embalagem	1.463	1.608
Materiais de manutenção	1.091	1.065
<b>Subtotal</b>	<b>10.167</b>	<b>16.596</b>
Custo de entrega - CPC 30 - Receitas	4.714	2.138
<b>Total</b>	<b>14.881</b>	<b>18.734</b>

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos produtos que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por Obsolescência.

Através da adoção da Deliberação CVM nº 597/2009, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos postergou o reconhecimento de receitas para o momento em que os requisitos da referida deliberação sejam atendidos. Em consequência disto, fora reconhecido em estoque nos períodos encerrados em 31/12/2012 e 31/12/2011 o custo vinculado a estas receitas, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

#### **NOTA 08 - IMPOSTOS A RECUPERAR- CONSOLIDADO**

<b>Circulante</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
IRRF a recuperar	-	5
IRPJ a recuperar	565	1.809
CSLL a recuperar	203	673
PIS e COFINS a recuperar	1.837	1.265
ICMS a recuperar	7.469	7.384
ICMS a recuperar - Imobilizado	1.191	2.693
Crédito de Exportação (Reintegra)	80	-
<b>Total</b>	<b>11.345</b>	<b>13.829</b>

<b>Não Circulante</b>	<b>Ref.</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
IRPJ s/Prejuízos Fiscais a Recuperar	b)	27.214	16.117
CSLL s/ Prejuízos Fiscais a Recuperar	b)	9.954	5.959
PIS e COFINS a recuperar		107	325
ICMS a Recuperar - Imobilizado		406	-
Crédito Prêmio IPI s/ Exportações	a)	12.561	11.978
<b>Total</b>		<b>50.242</b>	<b>34.379</b>

##### **a) Crédito Prêmio IPI**

Refere-se ao crédito sobre exportações resultante dos registros das competências, outubro de 1982 a outubro de 1990, deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, cujo detalhamento está na Nota Explicativa nº 20.

##### **b) Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido**

Conforme determina a Deliberação 599/2009 da CVM, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, reconheceu créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social diferidos, calculados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, provisões temporariamente não dedutíveis e valores temporariamente não tributáveis.

Movimentação dos tributos diferidos oriundos do saldo de prejuízo fiscal e base negativa:

	Prejuízo Fiscal	Base Negativa de CSLL	IRPJ Diferido	CSLL Diferido
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>59.284</b>	<b>61.027</b>	<b>14.821</b>	<b>5.492</b>
(+) Adições - Resultado do Ano	41.345	41.345	10.336	3.721
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>100.629</b>	<b>102.372</b>	<b>25.157</b>	<b>9.213</b>

Movimentação dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias:

	Provisão para Contingências	IRPJ Diferido	CSLL Diferido
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>5.185</b>	<b>1.296</b>	<b>467</b>
Constituição de Provisões	3.041	761	273
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>8.226</b>	<b>2.057</b>	<b>740</b>

Resumo geral dos tributos diferidos:

	31/12/2012	31/12/2011
IRPJ sobre prejuízos fiscais	25.157	14.821
IRPJ sobre diferenças temporárias	2.057	1.296
<b>Total (1)</b>	<b>27.214</b>	<b>16.117</b>
CSLL sobre prejuízos fiscais	9.213	5.492
CSLL sobre diferenças temporárias	740	467
<b>Total (2)</b>	<b>9.953</b>	<b>5.959</b>
<b>Total Geral</b>	<b>37.167</b>	<b>22.076</b>

## NOTA 09 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Em 31/12/2012 a Companhia é controladora das seguintes Companhias:

Descrição	Valepar S/A	Sulaves S/A	Total
% participação direta	99,985654%	99,998682%	
<b>Saldo do investimento em 31/12/2011</b>	<b>6.389</b>	<b>1.477</b>	<b>7.866</b>
+/- Equivalência Patrimonial	(167.059)	(60.695)	<b>(227.754)</b>
+ Provisão para Perdas	138.873	50.196	<b>189.069</b>
+ Aumento Capital Social	20.718	15.472	<b>36.190</b>
+/- Variação Reflexa sobre variações patrimoniais	1.079	(6.450)	<b>(5.371)</b>
<b>Saldo do investimento em 31/12/2012</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

\* Se refere a oscilações no percentual de participação acionária sobre os saldos patrimoniais de Companhias controladas durante o ano de 2012.

## NOTA 10 - ATIVOS BIOLÓGICOS- CONSOLIDADO

De acordo com a Deliberação CVM nº596/2009, os ativos biológicos devem ser mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não possa ser mensurado de forma confiável.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, não valorizou seus ativos biológicos a valor de mercado em virtude de que este não está disponível e as alternativas para estimá-los não são, claramente, confiáveis. Em tal situação, conforme a Deliberação CVM nº 596/2009, o ativo biológico deve ser mensurado ao custo, menos qualquer depreciação e perda por irrecuperabilidade acumuladas.

Durante o ano de 2012, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos encerrou a sua atividade de ovos comerciais, arrendando a unidade. O saldo apresentado abaixo reflete o saldo residual realizado no ano de 2012.

	Taxa Depreciação % a.a.	31/12/2012			31/12/2011
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Aves postura	87,00%	491	(491)	-	197
<b>Total</b>		<b>491</b>	<b>(491)</b>	<b>-</b>	<b>197</b>

## NOTA 11- IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possuía em 31 de dezembro de 2012 os seguintes saldos de imobilizado e intangível distribuídos da seguinte forma:

	Taxa Depreciação % a.a.	31/12/2012			31/12/2011
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Computadores e periféricos	33,33%	2.561	(2.047)	514	459
Maquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	89.338	(46.563)	42.775	44.726
Moveis e utensílios	8,33%	8.932	(4.242)	4.690	3.893
Veículos	20,00%	1.539	(1.156)	383	473
Terrenos	0,00%	21.656	-	21.656	21.656
Prédios	2,50%	86.230	(26.984)	59.246	61.280
Imobilizações em andamento	-	544	-	544	43
Outros	0,00%	13	(7)	6	6
<b>Subtotal imobilizado</b>		<b>210.813</b>	<b>(80.999)</b>	<b>129.814</b>	<b>132.536</b>
<b>Intangível</b>		<b>289</b>	<b>(108)</b>	<b>181</b>	<b>195</b>
<b>Total</b>		<b>211.102</b>	<b>(81.107)</b>	<b>129.995</b>	<b>132.731</b>

A movimentação do imobilizado apresenta-se da seguinte forma:

**a) Custo**

	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2012
Computadores e periféricos	2.461	100	-	-	2.561
Maquinas e equipamentos	87.232	2.106	-	-	89.338
Moveis e utensílios	8.080	852	-	-	8.932
Veículos	1.539	-	-	-	1.539
Terrenos	21.656	-	-	-	21.656
Prédios	86.230	-	-	-	86.230
Imobilizações em andamento	43	501	-	-	544
Outros	13	-	-	-	13
<b>Subtotal imobilizado</b>	<b>207.254</b>	<b>3.559</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>210.813</b>
<b>Intangível</b>	<b>289</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>289</b>
<b>Total</b>	<b>207.543</b>	<b>3.559</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>211.102</b>

Não foram identificadas perdas por redução ao valor de recuperação (*impairment*) em 31 de dezembro de 2012.

**b) Depreciação**

	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2012
Computadores e periféricos	(2.002)	(45)	-	-	(2.047)
Maquinas e equipamentos	(42.506)	(4.057)	-	-	(46.563)
Moveis e utensílios	(4.187)	(55)	-	-	(4.242)
Veículos	(1.066)	(90)	-	-	(1.156)
Terrenos	-	-	-	-	-
Prédios	(24.950)	(2.034)	-	-	(26.984)
Imobilizações em andamento	-	-	-	-	-
Outros	(7)	-	-	-	(7)
<b>Subtotal imobilizado</b>	<b>(74.718)</b>	<b>(6.281)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(80.999)</b>
<b>Intangível</b>	<b>(94)</b>	<b>(14)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(108)</b>
<b>Total</b>	<b>(74.812)</b>	<b>(6.295)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(81.107)</b>

A depreciação do ativo imobilizado foi distribuída nas seguintes contas:

	31/12/2012	31/12/2011
Custo dos produtos e serviços vendidos	6.104	5.047
Despesas administrativas	177	140
Despesas com vendas	14	11
<b>Total</b>	<b>6.295</b>	<b>5.198</b>

Em 31/12/2012, há um total de R\$ 206, relativo a bens adquiridos através de leasing financeiro, conforme apresentamos a seguir:

Grupo	Bem	Prazo	Valor
Veículos	Veículos de Passeio	36 meses	206

**NOTA 12 - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS- CONSOLIDADO**

Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	31/12/2012	
				Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A - ACC		USD + 6% a.a.	abr/13	4.107	-
Banrisul S/A - ACE		USD + 6% a.a.	abr/13	760	
Banco Daycoval S/A - ACC		USD + 7% a.a.	jun/13	676	
Banco Sofisa S/A - ACC		USD + 6,5% a.a.	mar/13	925	
Banrisul S/A - CCI	a)	CDI+6,17%a.a.	dez/13	3.243	-
Banco Topazio S/A - Giro	d)	CDI+2,15%a.m.	set/13	904	-
Banco Sofisa S/A - ACE		USD + 6% a.a.	abr/13	1.166	-
Acordos Bancários	c)	TR + 0,7%a.m.	mar/21	492	4.427
Arrendamento Mercantil		-	jul/13	77	26
Banrisul - Consórcio		-	-	15	31
Badesul S/A - Reaver	f)	TJLP+6,5% a.a.	mai/05	1.656	5.217
Limites de Crédito		-	-	1.254	-
<b>Totais</b>				<b>15.275</b>	<b>9.701</b>

Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	31/12/2011	
				Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A - ACC		USD + 6% a.a.	mar/12	4.182	-
Banrisul S/A - CCI	a)	CDI+6,17%a.a.	dez/12	2.747	-
Banco Topazio S/A - Giro	a)	CDI+2,15%a.m.	out/12	1.856	-
Bicbanco S/A - Giro	a)	CDI+1,30%a.m.	ago/12	2.358	-
Banco Sofisa S/A - Giro	b)	CDI+1,1% a.m.	dez/12	2.317	1.051
Acordos Bancários	d)	TR + 0,7%a.m.	mar/21	565	5.082
Arrendamento Mercantil		-	jul/13	70	147
Banrisul - Consórcio		-	-	32	-
Badesul S/A - Reaver	c)	TJLP+6,5% a.a.	mai/05	10.067	-
Limites de Crédito		-	-	2.523	-
<b>Totais</b>				<b>26.717</b>	<b>6.280</b>

**Legenda:**

- Operação com garantia de duplicatas e aval de sócios dirigentes;
- Operação com garantia de duplicatas e imóvel particular de sócios dirigentes;
- A operação Reaver (Caixa/RS) encontra-se vencida e sobre ela incide juros de 6,5% ao ano mais a variação da TJLP e multas por inadimplência. A mesma está garantida por garantias reais (hipoteca de imóveis) e avais dos administradores. A Companhia vem envidando esforços para a repactuação do saldo devedor.
- Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0. O acordo firmado trouxe uma redução no passivo repactuado na ordem de R\$ 4.581 mil, ficando o saldo devedor restante renegociado para pagamento até o ano de 2021.

**NOTA 13- FORNECEDORES - CONSOLIDADO**

	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedores Nacionais	33.127	26.977
( - ) AVP - Fornecedores	(246)	(70)
<b>Total</b>	<b>32.881</b>	<b>26.907</b>

Os saldos de fornecedores foram trazidos a valor presente pela controlada Companhia Minuano de Alimentos, conforme determina a Deliberação CVM nº 564/2008, através do arbitramento de uma taxa média de 1,92% ao mês para o ano de 2012 e de 1,37% para o ano de 2011.

**NOTA 14 - FORNECEDORES DE ATIVO FIXO - CONSOLIDADO**

Os fornecedores de ativo fixo referem-se a recursos contratados com terceiros para investimentos em ativos com as seguintes características e condições:

Encargos	31/12/2012	31/12/2011
CDI	1.968	1.817
CDI +6,0%aa	-	4.514
<b>Total</b>	<b>1.968</b>	<b>6.331</b>

**NOTA 15 - SALÁRIOS A PAGAR E PROVISÕES**

**a) Controladora**

	31/12/2012	31/12/2011
Provisão de férias/13º Sal	-	-
Pró-labore a pagar	94	161
Rescisões a pagar	-	-
Outras obrigações a pagar	8	8
<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>169</b>

**b) Consolidado**

	31/12/2012	31/12/2011
Provisão de férias/13º Sal	5.808	5.578
Salários / Pró-labore a pagar	1.584	1.639
Recisões a pagar	11	12
Outras obrigações a pagar	1.091	476
<b>Total</b>	<b>8.494</b>	<b>7.705</b>

**NOTA 16 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

**a) Circulante – Controladora**

	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Impostos retidos sobre serviços	150	96
IRRF a recolher	400	364
INSS a recolher	27	37
<b>Subtotal</b>	<b>577</b>	<b>497</b>
Parcelamento Lei 11.941/2009	122	170
INSS	65	65
<b>Subtotal</b>	<b>187</b>	<b>235</b>
<b>Total</b>	<b>764</b>	<b>732</b>

**b) Circulante – Consolidado**

	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
ICMS a recolher	1.739	1.271
Impostos retidos sobre serviços	647	5.583
IRRF a recolher	662	642
IRPJ/CSLL a Recolher - Antecipação	957	-
FGTS a recolher	177	41
INSS a recolher	17.113	5.919
PIS e COFINS a recolher	1	426
Outras contribuições s/ folha de pagamento	942	909
Outras contribuições a recolher	358	76
<b>Subtotal</b>	<b>22.596</b>	<b>14.867</b>
Parcelamento Lei 11.941/2009	249.115	10.004
ICMS - RS	29	108
ICMS - SP	500	382
ICMS - SC	839	1.008
FGTS	666	138
SESI/SENAI	336	378
IPTU	42	11
INSS	469	404
<b>Subtotal</b>	<b>251.996</b>	<b>12.433</b>
<b>Total</b>	<b>274.592</b>	<b>27.300</b>

**c) Não Circulante – Controladora**

	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Parcelamento Lei 11.941/2009	448	72
INSS	171	239
<b>Total</b>	<b>619</b>	<b>311</b>

**d) Não Circulante – Consolidado**

	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Parcelamento Lei 11.941/2009	448	64.799
ICMS - RS	111	69
ICMS - SP	1.997	1.157
ICMS - SC	4.612	5.076
PIS/COFINS	-	
FGTS	7.994	1.018
SESI/SENAI	847	923
INSS	1.189	1.591
<b>Total</b>	<b>17.198</b>	<b>74.633</b>

**NOTA 17 - IMPOSTOS DIFERIDOS - CONSOLIDADO**

**a) Circulante**

	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
IRPJ diferido s/custo atribuído	334	334
CSLL diferido s/custo atribuído	120	120
<b>Total</b>	<b>454</b>	<b>454</b>

**b) Não Circulante**

	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
IRPJ diferido s/custo atribuído	15.051	11.455
CSLL diferido s/custo atribuído	5.418	4.124
<b>Total</b>	<b>20.469</b>	<b>15.579</b>

## NOTA 18 - PARTES RELACIONADAS

### a) Remuneração dos Administradores

A Companhia fixou, para o exercício de 2012, em até R\$ 125 mil reais mensais a remuneração global de seus administradores em AGO/E realizada em 30 de abril de 2012. A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos fixou em até R\$ 125 mil reais a remuneração global mensal dos administradores para o exercício de 2012, conforme AGO realizada em 30 de abril de 2012. No quadro abaixo, segue a apresentação da remuneração da Administração, líquida de encargos (FGTS e INSS) aberto por Controladora e Consolidado.

	Controladora	Consolidado
<b>Conselho de Administração</b>	1.089	1.089
<b>Conselho Fiscal</b>	77	77
<b>Diretoria Executiva</b>	86	634

As Controladas diretas (Valepar S/A e Sulaves S/A) não remuneraram seus administradores no ano de 2012.

### b) Operações de mútuo - Consolidado

<b>Ativo Circulante</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Ind. Alimentos Arroio do Meio S/A.	14.751	8.513
Le Monde Particip. e Adm. Ltda.	3	3
Acionistas e Outros	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>14.754</b>	<b>8.516</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>		
Ind. Alimentos Arroio do Meio S/A.	-	20.306
Le Monde Particip e Adm. Ltda.	-	5.579
SSJ Participações e Represent. Ltda.	243	4.466
Acionistas e Outros	11.074	10.207
<b>Subtotal</b>	<b>11.317</b>	<b>40.558</b>
<b>Total</b>	<b>26.071</b>	<b>49.074</b>

<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Ind. Alimentos Arroio do Meio S/A.	13.775	16.681
Le Monde Particip. e Adm, Ltda.	-	5.367
SSJ Participações e Represent. Ltda.	1.695	1.695
Acionistas e Outros	7.145	16.000
Serra do Roncador Participações Ltda.	20.218	-
<b>Total</b>	<b>42.833</b>	<b>39.743</b>

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das Companhias. Os juros praticados nas operações estão dentro das remunerações praticadas pelo mercado.

#### **NOTA 19 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - CONSOLIDADO**

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis, trabalhistas e de outras naturezas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2012, se apresentavam as seguintes provisões para contingências e correspondentes depósitos judiciais:

	Provisão para Contingência				Depósitos Judiciais			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>2.206</b>	<b>2.698</b>	<b>281</b>	<b>5.185</b>	<b>974</b>	<b>230</b>	<b>1</b>	<b>1.205</b>
+Adições	-	3.041	-	3.041	416	80	-	496
(-) Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>2.206</b>	<b>5.739</b>	<b>281</b>	<b>8.226</b>	<b>1.390</b>	<b>310</b>	<b>1</b>	<b>1.701</b>

A Companhia e as suas controladas incluíram a maioria dos passivos tributários existentes em 2009 e 2010 nos parcelamentos advindos das Leis 11.941/2009 e MP 470/2009, convertida na Lei nº 12.249/2010. Com a adesão à MP 470/2009, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos reconheceu a inexistência do Crédito Prêmio IPI – Exportação posterior a 05 de outubro de 1990. Por ocasião do reconhecimento do referido crédito, no exercício de 2006, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos ofereceu a tributação pelo IRPJ e CSLL, sendo os tributos extintos por compensação, com o mesmo crédito.

#### **Contingências possíveis**

Na avaliação dos assessores jurídicos, os processos considerados como de perda possível na Companhia e em suas controladas totalizam R\$ 4.097 mil (R\$34.522 mil em 31/12/2011), distribuídos entre processos tributários, cíveis e trabalhistas.

#### **NOTA 20 - CRÉDITO PRÊMIO DE IPI EXPORTAÇÃO**

No ano de 2009, com a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) limitando em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 05 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990 que estava registrado desde o exercício de 2006. O saldo de R\$ 12.561 mil no Ativo Não Circulante decorre da decisão da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos em limitar o crédito à decisão do STJ tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STJ, está amparado em decisão judicial definitiva, pois já

houve o transcurso do prazo para interposição de ação rescisória, bem como existem normativos legais vigentes à época que asseguram o direito da Companhia, o que foi confirmado pelos autos do processo julgado favorável à controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. O recurso voluntário impetrado pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos em 29 de fevereiro de 2012 busca complementar o saldo ora registrado, não invalidando os registros já realizados.

Porém, considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, os débitos cuja compensação foi realizada com a utilização deste crédito foram objeto de dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela lei 12.249/2010 – MP 470, e, pela Lei 11.941/2009.

Durante o ano de 2011 a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, através de seus assessores jurídicos, efetuou diversos recursos administrativos e judiciais, tendo obtido em maio de 2011 o Despacho Decisório DRF/SCS nº 168, de 19/05/2011, que revogou o Despacho decisório DRF/SCS/SAORT nº 272, de 04/09/2009 e o Parecer/DRF/SCS/RS/SAORT nº 126, de 04/09/2009 que indeferiu preliminarmente o pleito do pedido de habilitação realizado no ano de 2006, deferido através do Despacho Decisório DRF/SCS/RS nº 03/2006 e do Parecer DRF/SCS/RS/SACAT nº 17/2006. Além disto, o Despacho da Receita Federal do Brasil exarado em 2011 determinou a adoção de providencias para apuração do benefício fiscal do Crédito Prêmio de IPI.

A partir deste momento a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos retomou a discussão, no âmbito administrativo, quanto ao reconhecimento do referido crédito. Em resposta, a Receita Federal do Brasil se manifestou no sentido de reconhecer o direito ao Incentivo Fiscal (Crédito Premio), com a definição da alíquota de 15% (quinze por cento), não se manifestando quanto ao período para fruição do referido crédito. Com base no posicionamento da Receita Federal do Brasil, a Companhia ingressou com recurso voluntário junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), em 29 de fevereiro de 2012.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, procedeu às devidas atualizações pela SELIC e compensações do exercício corrente, remanescendo, em 31 de dezembro de 2012, um saldo de R\$ 12.561mil (R\$ 11.978 mil em 31 de dezembro de 2011), registrados no Ativo Circulante e Não Circulante. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, utilizou por meio de compensações junto à Receita Federal do Brasil os seguintes montantes:

Período	Descrição	31/12/2012	31/12/2011
2000	Compensação com Tributos Federais	355	355
2001	Compensação com Tributos Federais	4.863	4.863
2002	Compensação com Tributos Federais	2.883	2.883
2004	Compensação com Tributos Federais	868	868
2005	Compensação com Tributos Federais	2.518	2.518
2006	Compensação com Tributos Federais	3.547	3.547
2007	Compensação com Tributos Federais	3.225	3.225
2007	Compensação com INSS	-	-
2008	Compensação com Tributos Federais	2.799	2.799
2009	Compensação com Tributos Federais	607	607
2009	Compensação com INSS	1.112	1.112
2010	Compensação com Tributos Federais	3.879	3.879
2010	Compensação com INSS	14.960	14.960
2011	Compensação com INSS	4.312	4.312
2011	Compensação com Tributos Federais	517	517
	<b>Total</b>	<b>46.445</b>	<b>46.445</b>

Diante das disposições contidas na Deliberação CVM nº 594/2010, item 35, a Companhia e a controlada consideram que através das compensações já efetuadas, está parcialmente obtendo os benefícios econômicos decorrentes do direito assegurado judicialmente.

## **NOTA 21 - PROGRAMAS DE PARCELAMENTOS FISCAIS - CONSOLIDADO**

### **a) Medida Provisória nº470/2009**

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, formalizou em 30 de novembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na Medida Provisória nº 470/2009, convertida na Lei nº 12.249/2010. Este programa permitiu a liquidação de multas, juros e montantes de “principal” dos tributos, com benefícios de até 100% nas multas e 90% nos juros e o restante com créditos tributários de IR e CSLL decorrentes de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL, em montante aproximado de R\$ 61 milhões. Em 30 de outubro de 2012, a Receita Federal do Brasil indicou inconsistências nos saldos de prejuízos fiscais apresentados pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Tais alegações de inconsistências foram objeto de Ação Administrativa protocolada em 29 de novembro de 2012. Além disso, a controlada impetrou em 27 de fevereiro de 2013 Mandado de Segurança tombado sob o nº 5000806-42.2013.404.7114 para salvaguardar os efeitos da adesão ocorrida em 2009. No quadro a seguir a apresentação dos saldos decorrentes deste parcelamento.

<b>MP 470/2009</b>	<b>31/12/2012</b>
Passivo tributário objeto da MP 470/2009	61.896
(-) Reduções da MP 470/2009	(24.213)
(-) Montante utilizado do Prejuízo Fiscal	(37.683)
<b>Total</b>	<b>-</b>

#### **b) Lei nº 11.941/2009**

A Companhia e a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos formalizaram em 21 de setembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previsto na Lei nº 11.941/2009, requerendo em caráter definitivo a exclusão de parcelamentos anteriores a esta Lei, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados à época da adesão. Durante o ano de 2010 novos valores foi objeto de requerimento ao mencionado parcelamento, tendo da mesma forma os benefícios financeiros reconhecidos no ano da adesão.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia e a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos efetuaram a consolidação do saldo passível de adesão ao referido parcelamento, independente de parte deste valor ter sido objeto de pedido de parcelamento dentro da modalidade prevista na MP 470/2009 (Convertida pela Lei 12.249/2010), sendo que desta consolidação restaram divergências em relação aos saldos registrados na contabilidade, conforme será apresentado em parágrafo específico na sequência.

No quadro abaixo, seguem os montantes de débitos fiscais consolidados à época:

<b>PARCELAMENTO LEI 11.941/09</b>	<b>Saldos Consolidados</b>
<b>Passivo tributário objeto da Lei 11.941/09</b>	<b>194.463</b>
(-) Reduções da Lei 11.941/09	(35.667)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(44.877)
<b>(=) Valor dos passivos tributários após reduções e utilização do prejuízo fiscal</b>	<b>113.919</b>

Incluso ao valor consolidado há valores de Imposto de Renda e de Contribuição Social apurados no ano de 2006, quando do reconhecimento do saldo de Crédito Prêmio de IPI que à época havia sido habilitado pela Receita Federal do Brasil em favor da controlada (vide nota 20). Os valores destes impostos estão sendo contestados pela controlada, uma vez que por ter havido o estorno do saldo de créditos apurados em períodos posteriores a outubro de 1990, pela interpretação da Companhia em conjunto com seus assessores jurídicos, tal tributo não poderia ser objeto de cobrança por parte da Receita Federal. Em dezembro de 2011, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos ingressou judicialmente solicitando a interrupção da prescrição deste débito, evitando assim a homologação por decurso de prazo deste valor. O valor dos Passivos Tributários consolidados no

Parcelamento Especial da Lei nº 11.941/2009 foram pagos desde o momento da consolidação realizada em junho de 2011, desconsiderando os impostos objeto de discussão por parte da controlada, conforme comentado anteriormente. Porém, tal procedimento não é objeto de reconhecimento por parte da Receita Federal do Brasil, e, em 16 de janeiro de 2013 noticiou a controlada que os débitos informados no Parcelamento Especial da Lei 11.941/2009 foram excluídos de tal modalidade de parcelamento. Tal exclusão está sendo objeto de análise por parte da controlada indireta Companhia Minuano que estará tomando as providências necessárias objetivando a reinclusão no referido parcelamento, bem como também efetivar a discussão na esfera judicial do saldo de Imposto de Renda e de Contribuição Social apurados no ano de 2006, quando do reconhecimento do saldo de Crédito Prêmio IPI conforme já comentado anteriormente.

O saldo dos débitos informados no Parcelamento Especial da Lei 11.941/2009 está sendo informado nas Demonstrações Contábeis seguindo o preceituado no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que orienta a necessidade de reconhecimento dos passivos no momento em que há uma obrigação presente (no caso os débitos), que seja resultante de um evento passado, os quais há uma expectativa de saída de recursos para o cumprimento da obrigação, e tal obrigação tenha condição de ser mensurada. Desta forma, considerando a consolidação efetuada pelo Fisco em 2012, o total dos débitos vinculados ao Parcelamento Especial da Lei 11.941/2009, foi devidamente recalculado e atualizado em R\$ 248.993 mil. Este saldo está reconhecido na rubrica “Impostos e Contribuições Sociais a Recolher” no Passivo Circulante, uma vez que a exclusão se deu por inadimplemento de pagamentos, já que a Receita Federal do Brasil não reconheceu os pagamentos parcialmente realizados pela controlada. Deste débito está deduzido o valor de R\$ 6.208 mil já pagos pela Companhia, uma vez que tais valores devem ser deduzidos do saldo de débitos devidos. Os débitos que foram consolidados no Parcelamento Especial da Lei 11.941/09, originalmente foram objeto de compensação com créditos decorrentes do Incentivo Fiscal (Crédito Prêmio de IPI), cujo detalhamento foi dado na Nota 20. Conforme os Assessores Legais da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, as probabilidades de êxito do recurso especial junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais são elevadas. Tal possibilidade de êxito fez com que a controlada efetuasse cálculos preliminares do valor de crédito decorrente do direito ao Incentivo Fiscal (Crédito Prêmio de IPI), à alíquota de 15% apurado sobre as exportações ocorridas do período de 1982 a outubro de 1990. O valor bruto apurado pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, com base nos critérios da sentença transitada em julgado é de aproximadamente R\$ 205.174 mil. Considerando que o valor dos débitos objeto do Parcelamento Especial à época da compensação originalmente realizado é de R\$ 94.862 mil, após a decisão proferida pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos fará a composição dos saldos junto a Receita Federal do Brasil, o que poderá resultar, no final, em um saldo de créditos ainda a ser utilizados pela mesma.

## **NOTA 22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

### **a) Capital Social**

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 120.108 mil representado por 710.010.000 (setecentos e dez milhões, e dez mil) ações ordinárias, sem valor nominal. Os atos societários que trouxeram os efeitos que culminaram na situação patrimonial apresentada em 31 de dezembro são os seguintes:

#### **Reunião do Conselho de Administração - RCA**

##### **Data de Realização: 27 de agosto de 2012:**

Aprovação do aumento de capital da Companhia, passando-o de R\$ 83.593 mil, para R\$ 120.108 mil, com a emissão de 202.860.000 (duzentos e dois milhões, oitocentos e sessenta mil ações), sem valor nominal, ao preço de subscrição de R\$ 0,18 por ação.

#### **Reunião do Conselho de Administração - RCA**

##### **Data de Realização: 29 de novembro de 2012:**

Homologação do aumento de capital da Companhia, aprovado em 28 de junho de 2011, nos montantes acima apresentados.

### **b) Ajuste de Avaliação Patrimonial**

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através dos CPC's aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia passou a possuir registrado em seu Patrimônio Líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

### **c) Reserva Legal**

Quando aplicável, será constituída Reserva Legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

### **d) Dividendos**

De acordo com o Estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Neste ano de 2012, em virtude do prejuízo apurado, não serão distribuídos valores a título de dividendos.

### **e) Outros resultados abrangentes**

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas (diretas e indiretas), ocorrido no ano de 2012. A variação no percentual de participação gerou a correção nos valores de participação da Companhia nos saldos de patrimônio de suas controladas.

**NOTA 23 - COBERTURA DE SEGUROS – CONSOLIDADO**

A Companhia, e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos entende que os valores segurados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, conforme demonstrado a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Incêndio, Raio e Explosão	35.000	35.000
Vendaval e Granizo	6.000	6.000
Desmoronamento, Danos Elétricos e Queda de Aeronaves	9.580	9.580
Lucros Cessantes	7.000	7.000
Estoques	1.000	1.000

## **NOTA 24 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS**

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e estão contabilizadas pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

**a) Risco de Crédito:** É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato de a maioria dos recebíveis serem descontados através das linhas de descontos de títulos mantidas pela Companhia;

**b) Risco de Preço:** Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

**c) Risco de Taxas de Câmbio:** Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 46% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas a dólar, por compreender que se trata de risco administrável;

**d) Risco de Taxas de Juros:** Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possui instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012.

**NOTA 25- CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA – CONSOLIDADO**

	31/12/2012		
	Custo dos Produtos Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Administrativas
Matérias primas e Auxiliares de fabricação	153.975	-	-
Materiais de embalagem	10.742	-	-
Salários incorridos	32.259	777	4.334
Encargos sociais incorridos	15.056	393	1.093
Férias e 13º salário incorridos	4.074	87	344
Benefícios a empregados	7.574	89	205
Indenizações trabalhistas/Acordos judiciais	899	-	112
Equipamento de proteção individual	937	8	2
Serviços 3º/ Industrialização 3º	27.737	1.651	4.955
Manutenção Industrial/Predial/Elétrica	4.161	38	44
Energia elétrica	8.738	28	87
Materiais de limpeza	600	-	40
Telefonia e transmissão de dados	202	117	136
Combustíveis e lubrificantes	2.186	87	62
Comissões sobre vendas	-	1.311	-
Viagens e estadias	158	159	439
Taxas e encargos legais	422	767	210
Armazenagem e movimentação de mercadorias	17	4.185	-
Fretes rodoviários e marítimos	4.938	20.048	8
Custos aduaneiros de exportação	-	2.696	-
Publicidade e propaganda	2	253	111
Análises laboratoriais	448	10	-
Provisões para contingências/PCLD	-	1.073	-
Honorários sucumbenciais	-	-	64
Depreciações	6.104	14	177
Locações/Aluguéis	1.267	14	21
Abatimentos concedidos sobre vendas	-	272	-
Seguros	294	4	208
Outros gastos	670	156	225
<b>Total</b>	<b>283.460</b>	<b>34.237</b>	<b>12.877</b>

	31/12/2011		
	Custo dos Produtos Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Administrativas
Matérias primas e auxiliares de fabricação	68.678	-	-
Materiais de embalagem	9.177	-	-
Salários incorridos	35.701	674	3.471
Encargos sociais incorridos	13.506	239	1.054
Férias e 13º salário incorridos	613	8	42
Benefícios a empregados	7.343	71	194
Indenizações trabalhistas/acordos judiciais	295	-	598
Equipamento de proteção individual	1.017	4	3
Consultorias e assessorias	6.050	359	4.410
Manutenção industrial/predial/elétrica	4.538	37	407
Energia elétrica	9.353	-	60
Materiais de limpeza	874	-	10
Telefonia e transmissão de dados	173	91	119
Combustíveis e lubrificantes	301	123	68
Comissões sobre vendas	-	962	-
Viagens e estadias	139	50	407
Taxas e encargos legais	120	694	162
Armazenagem e movimentação de mercadorias	2	1.304	-
Frete rodoviários e marítimos	3.462	8.698	-
Custos aduaneiros de exportação	-	1.032	-
Publicidade e propaganda	4	113	122
Análises laboratoriais	437	1	-
Provisões para contingências/PCLD	737	405	1
Honorários sucumbenciais	-	-	121
Depreciações	5.047	11	140
Locações/aluguéis	472	-	-
Abatimentos concedidos sobre vendas	-	570	-
Seguros	245	4	119
Outros gastos	583	43	277
<b>Total das despesas por natureza</b>	<b>168.867</b>	<b>15.493</b>	<b>11.785</b>

**NOTA 26- OUTRAS RECEITAS / OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS – CONSOLIDADO**

	31/12/2012	31/12/2011
Encargos incorridos em passivos fiscais	(3.014)	(962)
Despesas gerais incorridas	(1.646)	(997)
Custo de imobilizado vendido/baixado	-	(164)
Provisão para Contingências	-	(2.257)
Reversão de Créditos Tributários	(2.861)	(3.323)
Encargos Parcelamento FGTS	(4.312)	-
Provisão sobre vendas descontinuadas	(9.436)	-
Débitos decorrentes de parcelamentos fiscais	(178.720)	-
<b>Outras Despesas Operacionais</b>	<b>(199.989)</b>	<b>(7.703)</b>
Créditos tributários	512	2.736
Receitas gerais auferidas	3.343	349
Receita de venda de imobilizado	13	64
Redução de Passivos Fiscais	1	12.097
<b>Outras Receitas Operacionais</b>	<b>3.869</b>	<b>15.246</b>
<b>Resultado, líquido</b>	<b>(196.120)</b>	<b>7.543</b>

**NOTA 27 - RESULTADO FINANCEIRO – CONSOLIDADO**

	31/12/2012	31/12/2011
Variações cambiais ativas	11.969	5.787
Ganho em renegociações de empréstimos	-	17
Descontos financeiros obtidos	301	633
Juros ativos sobre impostos	667	720
Juros ativos sobre operações com partes	798	-
Outras receitas financeiras	19	145
<b>Receitas financeiras</b>	<b>13.754</b>	<b>7.302</b>
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.257)	(5.654)
Juros sobre compra a prazo de fornecedores	(3.066)	(1.409)
Variações cambiais passivas	(12.363)	(4.031)
Variações monetárias passivas de parcelamentos fiscais	(981)	(1)
Descontos financeiros concedidos	(839)	(14)
Deságios na transferência de créditos tributários	(18)	(67)
Juros incidentes sobre operações com partes relacionadas	(2.846)	(1.490)
Despesas decorrentes de parcelamentos fiscais	(586)	(1.468)
Despesas decorrentes de operações financeiras	(3.538)	(1.715)
Outras despesas financeiras	(658)	(237)
Perda no recebimento de créditos financeiros	(5.841)	-
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(33.993)</b>	<b>(16.086)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(20.239)</b>	<b>(8.784)</b>

**NOTA 28- INFORMAÇÕES POR SEGMENTO – CONSOLIDADO**

A Companhia, através de suas controladas, atua em três segmentos distintos, a saber:

**a)** Serviços de industrialização: Neste segmento estão apresentados os resultados obtidos com a prestação de serviços de industrialização a terceiros através das unidades de abate e desossa de aves, produção de rações, criação de matrizes e incubatório de ovos mantidos pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

**b)** Embutidos e Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados auferidos na industrialização e comercialização de embutidos (patês, fiambres, preparados de carnes) e ovos;

**c)** Frigorífico: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes da comercialização dos produtos (frangos inteiros e cortes) resultantes do abate e desossa de aves através de integração própria da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos;

No quadro abaixo, são apresentados os resultados por segmento de atuação da Companhia e de sua controlada:

	Serviços de Industrialização		Embutidos e Industrializados		Frigorífico - Abate e Industrialização Aves		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>80.842</b>	<b>71.658</b>	<b>57.761</b>	<b>60.877</b>	<b>194.144</b>	<b>62.905</b>	-	-	<b>332.747</b>	<b>195.440</b>
Impostos e devoluções	(6.982)	(6.308)	(8.465)	(7.198)	(16.669)	(82)	-	-	(32.116)	(13.588)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>73.860</b>	<b>65.350</b>	<b>49.296</b>	<b>53.679</b>	<b>177.475</b>	<b>62.823</b>	-	-	<b>300.631</b>	<b>181.852</b>
(-) Custo dos produtos e serviços vendidos	(67.330)	(60.419)	(44.596)	(41.403)	(171.534)	(67.045)	-	-	(283.460)	(168.867)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>6.530</b>	<b>4.931</b>	<b>4.700</b>	<b>12.276</b>	<b>5.941</b>	<b>(4.222)</b>	-	-	<b>17.171</b>	<b>12.985</b>
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>										
Despesas com vendas	-	-	(8.336)	(6.967)	(25.901)	(8.526)	-	-	(34.237)	(15.493)
Despesas administrativas	-	-	-	-	-	-	(12.877)	(11.785)	(12.877)	(11.785)
Outras receitas	-	-	-	-	-	-	3.869	15.246	3.869	15.246
Outras despesas	-	-	-	-	-	-	(199.989)	(7.703)	(199.989)	(7.703)
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS</b>	<b>6.530</b>	<b>4.931</b>	<b>(3.635)</b>	<b>5.309</b>	<b>(19.960)</b>	<b>(12.748)</b>	<b>(208.997)</b>	<b>(4.242)</b>	<b>(226.063)</b>	<b>(6.750)</b>
Despesas financeiras	-	-	-	-	-	-	(33.993)	(16.086)	(33.993)	(16.086)
Receitas financeiras	-	-	-	-	-	-	13.754	7.302	13.754	7.302
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>	<b>6.530</b>	<b>4.931</b>	<b>(3.635)</b>	<b>5.309</b>	<b>(19.960)</b>	<b>(12.748)</b>	<b>(229.236)</b>	<b>(13.026)</b>	<b>(246.302)</b>	<b>(15.534)</b>
Provisão para IRPJ e CSSL - Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para IRPJ e CSSL - Diferido	-	-	-	-	-	-	15.092	2.984	15.092	2.984
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>6.530</b>	<b>4.931</b>	<b>(3.635)</b>	<b>5.309</b>	<b>(19.960)</b>	<b>(12.748)</b>	<b>(214.144)</b>	<b>(10.042)</b>	<b>(231.210)</b>	<b>(12.550)</b>
Atribuído a Acionistas Controladores									(230.991)	(12.534)
Atribuído a Acionistas não Controladores									(219)	(16)

## **NOTA 29 - RESULTADOS POR AÇÃO - CONSOLIDADO**

Em atendimento ao CPC 31 (IAS 33) aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o exercício findado em 31 de dezembro de 2012.

### **a) Movimentação do número de ações:**

<b>Quantidade de Ações em 31/12/2011</b>	<b>507.150.000</b>
+ Subscrições ocorridas em 2012	202.860.000
<b>Quantidade de Ações em 31/12/2012</b>	<b>710.010.000</b>

Em 29 de novembro de 2012, a Companhia, através de Reunião do Conselho de Administração homologou o aumento de seu capital social, deliberado pelo Conselho em 27 de agosto de 2012 passando-o de R\$ 83.593 mil, para R\$ 120.108 mil, com a emissão e subscrição de 202.860.000 ações sem valor nominal, ao preço de subscrição de R\$ 0,18 p/ação.

### **b) Resultado por ação**

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do prejuízo básico e diluído por ação.

<b>Quantidade de Ações em 31/12/2012</b>	<b>710.010.000</b>
Resultado do exercício em R\$ mil	(230.991)
Resultado por ação básico e diluído	(0,32533)

**NOTA 30 - RECONCILIAÇÃO DA APURAÇÃO DO IRPJ E DA CSLL DIFERIDOS**

Abaixo, segue quadro que apresenta a reconciliação do IRPJ e da CSLL que a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos mantém os créditos fiscais decorrentes destas bases devidamente registrados como seus ativos.

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Resultado antes do IR/CSLL</b>	<b>(243.065)</b>	<b>(12.840)</b>
<b>+ Adições</b>		
Adições temporárias diversas	438.603	77.337
<b>(-) Exclusões</b>		
Reversão de adições temporárias	(236.875)	(71.211)
<b>Prejuízo Fiscal/Base Negativa de Contribuição Social</b>	<b>(41.345)</b>	<b>(6.714)</b>
<b>Saldo de IR/CSLL Diferido decorrente de Prej. Fiscal e Base Negativa</b>		
	<b>14.058</b>	<b>2.283</b>
+ Constituição de IR/CSLL Diferido sobre Contingências	1.034	701
<b>Saldo de IR/CSLL Diferido registrado no resultado</b>	<b>15.092</b>	<b>2.984</b>

**NOTA 31 - FATO RELEVANTE**

Em 09 de agosto, a Companhia informou através de fato relevante ao mercado que rescindiu o Memorando de entendimentos firmado com a AGOSTINHO CARRER PARTICIPAÇÕES LTDA. e sua controlada FRIGORÍFICO NOVA ARAÇÁ LTDA., visando o estabelecimento de condições iniciais para uma possível integração operacional e societária das Companhias.

**PARECER E DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE  
DEZEMBRO DE 2012**

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 Instrução da CVM nº 480/09, os Diretores da **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A**, declaram que:

- (a) Revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes emitido pela DRS Auditores, relativo às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Lajeado, 18 de março de 2013.

Ernani Catalani Filho – Diretor Presidente

Décio José Schnack – Diretor e Diretor de Relações com Investidores



**PARECER E DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 Instrução da CVM nº 480/09, os Diretores da **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A**, declaram que:

- (a) Revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Lajeado, 18 de março de 2013.

Ernani Catalani Filho – Diretor Presidente

Décio José Schnack – Diretor e Diretor de Relações com Investidores

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL**

**1. REALIZAÇÃO:** Em 18 de março de 2013, às 09h, na sede social da Companhia, na Av. Senador Alberto Pasqualini, 1535, Bairro São Cristóvão, na cidade de Lajeado (RS), CEP 95900-000.

**2. PRESENCAS:** Todos os membros efetivos do Conselho Fiscal eleitos pela AGO\_E realizada em 30 de abril de 2012, Srs. Wilnei Silva Borba, Moacir Danielli e José Elder Silveira de Almeida.

**3. DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade, os conselheiros deliberaram:

3.1 – Indicação do Conselheiro Moacir Danielli para presidir o Conselho Fiscal;

3.2 – Discussão sobre a necessidade de haver a elaboração do regimento interno do Conselho Fiscal;

3.3 – Após análise das Demonstrações Contábeis e Relatório da Auditoria Independente relativos ao ano de 2012, assim se manifestaram os presentes: *“O Conselho Fiscal da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A, reunido nesta data, analisou o Conjunto de Demonstrações relativos ao ano de 2012. Embasados no parecer dos Auditores Independentes, os signatários manifestam que o conjunto de informações contido nos documentos sob análise retrata a situação econômico-financeira da Companhia”.*

**4. ENCERRAMENTO:** Esgotados os assuntos foi encerrada a reunião e, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e em tudo achada conforme, é ratificada e assinada pelos presentes.

Lajeado (RS), 18 de março de 2013.

Moacir Danielli  
Presidente

José Helder Silveira de Almeida  
Conselheiro

Wilnei Silva Borba  
Conselheiro